

A VIAGEM DA VOLTA: ETNICIDADE, POLÍTICA E REELABORAÇÃO CULTURAL NO NORDESTE INDÍGENA

DE JOÃO PACHECO DE OLIVEIRA (ORG.)

A Viagem da Volta: Etnicidade, Política e Reelaboração Cultural no Nordeste Indígena (Territórios Sociais, 2)
Rio de Janeiro: Contra Capa, 1999, 350 pp.

POR PETER SCHRÖDER

Antropólogo, Ph.D. pela Universidade de Bonn, Alemanha. Professor Visitante do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Cultural, Universidade Federal de Pernambuco/UFPE.

Consultor Externo do PPTAL
(Projeto Integrado de Proteção às Populações e Terras Indígenas da Amazônia Legal) Pptal/FUNAI/GTZ
(Brasília)

Índios no Nordeste? Índios tem na Amazônia, no Mato Grosso. Eis uma visão popular. ¹A Antropologia no Nordeste é a Antropologia das culturas brasileiras e do campesinato. Etnologia Indígena é feita na Amazônia." Eis uma declaração acadêmica, antropológica. As duas são errôneas, como revelam apenas visões limitadas. Na verdade, os povos indígenas no Nordeste manifestam presença de uma maneira muito mais visível, vigorosa e destemida que vinte ou trinta anos atrás. Eles tornaram-se um assunto da política indigenista, por diversas demandas quanto à terra e à assistência governamental, e, desse modo voltaram a ser percebidos pelos antropólogos, depois de várias décadas de desinteresse. A história desses povos no século XX é muito fascinante, como eles organizaram, em algumas regiões já nos anos 30, lutas políticas pela segurança e reconquista de seus territórios que podem ser vistas como antecedentes regionais dos movimentos indígenas contemporâneos, sem que se tenha estudado isto até agora.

O livro presente é uma publicação importante, como ele reúne uma série de estudos ainda não publicados em outro lugar. Trata-se de uma coletânea de capítulos de diversas teses de

mestrado e doutorado, defendidas entre 1992 e 1996 no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS) do Museu Nacional UFRJ, sob a orientação de João Pacheco de Oliveira. Assim, o livro representa menos uma sinopse de pesquisas antropológicas contemporâneas sobre os índios no Nordeste, mas principalmente das do Museu Nacional. As pesquisas desenvolvidas na

UFBA são mencionadas apenas periféricamente, enquanto as realizadas na UFC, por Sílvia Porto Alegre e seus alunos, não aparecem em lugar nenhum. Além de apresentar estudos etnográficos, há a pretensão de contribuir para os debates teóricos sobre etnicidade por exemplos pouco levados em consideração até agora.

O título da coletânea é meio enigmático e susceptível de interpretações heterogêneas, como sua seleção e seu significado são pouco claros. Qual é o destino da viagem *da volta* e quem faz a viagem: os índios ou os pesquisadores? Oliveira explica, ao menos, que o destino não é retorno algum a um imaginário nostalgicamente venerado e desconectado do presente. Os índios do Nordeste são comparados a migrantes obrigados a reinventarem suas tradições, e essas reinvenções devem ser apresentadas e analisa-

das por estudos localizados através de descrições densas. Esta exigência, no entanto, não é cumprida na sua plenitude, como a “densidade” das descrições (no estilo geertziano), às vezes, deixa a desejar.

O primeiro capítulo é uma introdução teórica às diversas questões abordadas no livro. Oliveira critica as diversas visões convencionais que as antropologias regionalista e americanista têm dos índios no Nordeste, encarando-os ou como “remanescentes” pouco interessantes culturalmente ou como assuntos de estudos meramente regionalistas. A Etnologia Indígena no Nordeste tem sido até agora uma etnologia menor, embora ofereça condições excelentes, no contexto nacional, de debater questões antropológicas de interesse global, em particular aquelas relacionadas com etnicidade e territorialidade. O livro, então, não devia ser entendido, segundo a apresentação do organizador, como uma tentativa de etnologia regionalista, mas sim como uma contribuição a debates teóricos através de exemplos de uma região. Como sempre, ler um texto de João Pacheco de Oliveira é um grande prazer.

Seguem sete capítulos com o mesmo enfoque temático (emergências étnicas), mas com abordagens diferentes, seja com a política indigenista como ator e propulsor principal, seja com a dinâmica indígena no centro da atenção. A maioria desses capítulos, como partes de teses anteriores, merece, na verdade, resenhas separadas que, no entanto, não podem ser realizadas por falta de espaço.

O texto de Sidnei Peres sobre a ação indigenista no Nordeste (1910-1967) analisa como as políticas do SPI influenciaram os rumos e as estratégias das manifestações étnicas, com relação às terras indígenas. Infelizmente, Peres perde-se muito na análise de discursos indigenistas como manifestações de poder político, sem deixar claro, no entanto, se os discursos constituíram o meio ou a base do poder. Se tiverem sido a base, não fica claro como e porquê. Menos pós-estruturalismo teria deixado a análise mais aguda e a leitura mais agradável.

Henry Trindade Barreto Filho contribuiu com um texto muito bem escrito sobre a gênese da sociedade Tapeba, no município de Caucaia, na região metropolitana de Fortaleza, e os problemas que surgem com os esforços de definir fronteiras étnicas num contexto local de secular convivência íntima entre população indígena e não-indígena. Outro texto muito bem escrito é o de Sheila Brasileiro sobre a emergência étnica dos Kiriri, da Bahia, suas conquistas territoriais e seu faccionalismo. Neste caso, é fascinante observar como a terra conquistada coincide, aproximadamente, com o contorno da antiga aldeia missionária do século XVIII.

O texto de Rodrigo de Azeredo Grunewald sobre a etnogênese dos Atikum, na Serra do Umá (PE), é um dos mais interessantes do volume. Antes dos contatos com o SPI, estes índios eram de fato uma população camponesa que em quase nada diferia dos regionais, mas com sua reelaboração das origens étnicas, transformando as diversas em só uma, e por aprenderem, com outros grupos indígenas, como desenvolver e manifestar sinais diacríticos étnicos, conseguiram o reconhecimento oficial do órgão indigenista como grupo de “remanescentes indígenas” e o atendimento a suas reivindicações territoriais. Trata-se de um exemplo por excelência de etnicidade instrumental. Grunewald corrói duas ilusões típicas do indigenismo brasileiro. Uma, ele chama a *ilusão autóctone*, isto é, a tentativa de definir a “autenticidade” de um grupo indígena com relação aos aborígenes americanos pré-coloniais, o que é um empreendimento vão, como questiona a legitimidade de formações étnicas resultantes de processos coloniais e pós-coloniais, que reivindicam os direitos de minorias étnicas. Que grupo indígena contemporâneo pode realmente comprovar uma descendência linear e ininterrupta de grupos de 500 anos atrás, de que mal se conhecem os nomes e a cultura? E que grupo indígena pode comprovar com certeza que seus antecedentes de 500 anos atrás habitavam justamente os mesmos territórios atualmente habitados por eles? A

outra ilusão é a *territorial* ou a ilusão da área indígena, como as fronteiras étnicas são fluidas e não coincidem automaticamente com os limites das terras indígenas demarcadas.

Outro texto muito interessante é o de José Maurício Andion Arruti sobre os Pankararu e as emergências étnicas no sertão do São Francisco. Arruti apresenta a trama das relações interétnicas indígenas responsáveis pelo surgimento de novas etnicidades na região através de migrações e apoio político. Havia e ainda há verdadeiras *lideranças peregrinas*, que “ensinam” a outros grupos ao assumirem uma identidade étnica indígena e reivindicar seus direitos especiais. Nenhum capítulo do livro descreve e analisa tão bem a autodinâmica das emergências étnicas no Nordeste. A análise é feita, no melhor estilo etnográfico, pelas categorias indígenas, que são metafóricas, comparando os Pankararu com uma árvore que produz “pontos de rama” (as novas etnicidades).

Em comparação com os textos anteriores, é mais difícil se entusiasmar com as contribuições de Sílvia Aguiar Carneiro Martins, sobre os Xukuru-Kariri, de Alagoas, e de Carlos Guilherme do Vaíle, sobre os Tremembé do Ceará. A história e situação contemporânea dos Xukuru-Kariri, que já foram matéria de capa da revista *Epoca*, são tratadas por citações extensas de nomes de indivíduos e famílias, esclarecem pouco, sem que o leitor possa conhecer melhor o contexto etnográfico. O caso interessante dos Tremembé, no entanto, é apresentado por conceitos que podem complicar mais do que explica. Por exemplo, categorias como “lugar”, “zona” ou “região” são substituídas por “situação/ões”. A vila de Almofala não é um lugar onde convivem indígenas e não-indígenas, mas uma “situação interétnica”. Ou leiam esta frase: “Havia articulação entre a esfera produtiva da pesca, sobretudo o da lagosta, com a agricultura, especialmente a dos coqueirais.” (p. 285) O autor não podia dizer simplesmente, que os moradores do lugar praticam uma economia mista, diversas atividades?

Um tema recorrente na maioria dos textos é o papel da dança e ritual do *toré*, escolhido

pelo órgão indigenista e até por alguns antropólogos como sinal diacrítico decisivo da “indianidade” no Nordeste, como se sua presença ou ausência indicasse a “autenticidade” da identidade étnica. A demanda governamental de “saber o *toré*”, sugerida por trabalhos etnológicos antigos, fez com que os grupos indígenas no Nordeste não só aperfeiçoassem as *performances* do *toré*, mas também que eles o usassem estrategicamente para reivindicar seus direitos territoriais. Mais tarde, o *toré* tornou-se um dos símbolos mais fortes das identidades étnicas regionais, defendido pelos próprios índios.

Os textos, na totalidade, levantam uma série de críticas legítimas quanto à conceituação dos grupos indígenas no Nordeste: são “remanescentes”, “índios misturados” ou “autóctones”? Cada uma dessas categorias é insuficiente para entender as novas etnicidades. A etnologia americanista, com sua evitação notória dos mestiços, e as etnografias convencionais, que isolam os grupos estudados de seu contexto social, não fornecem os instrumentos conceituais para entender os povos indígenas no Nordeste.

Oliveira faz uma avaliação crítica do conceito de etnogênese, mas, em uma contradição irônica, são os próprios alunos que o aplicam. Alguns autores, como Arruti, decidiram substituí-lo por “emergência étnica” ou “sociogênese”, mas a análise dos textos revela que se trata apenas de uma troca de rótulos. E isto não é a única incongruência conceitual do livro. Em vários textos percebe-se com nitidez que os conceitos de identidade étnica e etnicidade são usados como se fossem sinônimos, e o leitor fica com a impressão que ainda não se sabe definir com clareza, o que é etnicidade.

As opções teóricas escolhidas pelos autores são bem distintas daquelas comuns nos estudos brasileiros da etnologia amazônica, referenciados principalmente ao estruturalismo francês e seus desdobramentos contemporâneos. Eles optaram por uma convergência entre a Antropologia Política e os estudos de etnicidade. Embora Oliveira tenha criticado num texto ante-

rior que os debates teóricos brasileiros em torno de etnicidade estão pegados demais a poucos textos de Fredrik Barth dos anos 60 e 70, sem levar mais em consideração outros autores e os textos posteriores de Barth, esta limitação é repetida no livro: teorias de etnicidade parecem ser, antes de mais nada, teorias de Barth e a outra literatura de etnicidade não é posterior a 1985. Eu sempre achou muito reduzida as bases bibliográficas e etnográficas dos debates brasileiros sobre etnicidade. Ao ler o livro presente, lembrei-me do projeto de pesquisa para a tese de livre-docência de Erwin Orywal, um colega da Universidade de Colônia, na Alemanha, que continha um anexo bibliográfico de 55 páginas (!) apenas com literatura de etnicidade. Há uma literatura vasta com bons exemplos comparativos e complementares da África, Ásia e Europa que podiam fecundar mais os debates brasileiros sobre etnicidade.

Além dessas observações, há uma série de aspectos formais que deixam a desejar. Quanto às referências bibliográficas, 69 não se encontram na bibliografia no final do livro, sen-

do que o leitor procura em vão 23% das 303 referências totais. A própria bibliografia é deficitária, como suas informações são incompletas, dificultando reconhecer as publicações citadas. Por exemplo, não se citam, em muitos casos, nem o editor ou organizador de uma coletânea, ainda que este não seja o mesmo autor do capítulo citado, nem as páginas de capítulos ou artigos. Os mapas que deviam acompanhar os textos várias vezes não são atuais ou não combinam com os textos. Além disso, geralmente são incompletos, porque não contêm um bom número de citações ou outras informações contidas nos textos. Estas deficiências formais dificultam a leitura, mas mostram ao mesmo tempo que o livro teve um "parto" acelerado, enquanto a "gestação" durava vários anos.

Não obstante as críticas feitas nesta resenha, o livro representa uma das melhores e mais importantes publicações atuais sobre os índios no Nordeste, permitindo aprender muita coisa, até mesmo o leitor experiente. O livro merece muitos leitores.